

Prefácio

Quando fiz a graduação em Letras, no ano de 1974, ouvi que a Educação estava em crise. Tornei-me professora com a Educação em crise. Entretanto, por uma crença inabalável naqueles que trabalham pela Educação neste país, trago comigo a esperança de não me aposentar com a Educação em crise.

Trabalhei durante dez anos numa escola de periferia de Porto Alegre nos anos 1980. Com a Educação em crise, participei de todas as greves por melhores salários e melhores condições de ensino. Lutei muito pela minha escola, cujos pavilhões, as famosas Brizoletas, construídas no início da década de 1960, estavam caindo...

Lembrei disso há pouco tempo, ao atravessar a Praça da Matriz e encontrar meus ex-alunos, jovens professores, fazendo as mesmas reivindicações, os mesmos discursos, gritando as mesmas palavras de ordem trinta anos depois. Nada mudou ou, se mudou, foi para pior. A Educação, que deveria ser um direito de todos e dever do Estado, sobe em todos os palanques em épocas eleitorais e é sufocada já a cada

primeiro ano de governo. Não importa a esfera. Simplesmente tem sido assim ao longo dos anos, o que foi segue sendo.

Na universidade, depois de um projeto de expansão único na história do ensino superior brasileiro, as restrições orçamentárias para o ensino, assim como para a pesquisa e a inovação começaram a dar sinais da crise no segundo semestre de 2015, agudizando-se com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, a do teto das despesas públicas, que terminou estabelecendo uma perspectiva sombria para os próximos anos e que já estamos vivendo. Aliás, a Emenda aponta também para o desmonte das políticas sociais. Some-se a isso os ataques que a universidade vem sofrendo ao princípio que a fundamenta: a autonomia.

Importam essas colocações, ainda que muito rápidas e sem uma análise aprofundada, porque são uma forma de contextualizar o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação e a necessidade de monitoramento e de avaliação, uma vez que traz – e deve trazer – em seu bojo a garantia do direito à Educação e dele não podemos abrir mão em nome das gerações presente e futuras, em nome do desenvolvimento do país com justiça social e com a garantia do Estado de bem-estar social.

Foi justamente considerando essa garantia fundamental que é a do direito à Educação que a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dentro do seu compromisso de pensar e fazer avançar as políticas públicas, desenvolveu o Projeto de Extensão e Monitoramento e Avaliação PNE/Faced/UFRGS – Ações 2017, envolvendo uma grande equipe de professores e pesquisadores, coordenada pela Prof.^a Sônia Mara M. Ogiba, professora do Departamento de Ensino e Currículo. Dentro do projeto, foi realizado um grande Ciclo de Debates: “Garantia do Direito à Educação: monitorando o PNE – Lei nº 13.005/2014”.

O Ciclo de Debates reuniu estudantes de graduação e de pós-graduação, professores e especialistas de todo o Estado e contou com o apoio e parceria de várias associações: Conselho Estadual de Educação (CEEEd); Conselho Municipal de Educação (CME-POA); União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime/

RS); Fórum Municipal de Educação de Porto Alegre (FMEPOA); União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/RS); Associação de Escolas Superiores de Formação de Profissionais do Ensino do RS (AESUFOPE); Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs); Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA/UFRGS).

O resultado do evento é a publicação do livro *Garantia do Direito à Educação: monitorando o PNE – Lei nº 13.005/2014*, que ora tenho a satisfação de apresentar aos leitores. Organizado pela professora Sônia Mara M. Ogiba (UFRGS/Faced), o livro aborda temáticas, tais como: políticas de Estado, financiamento, direito à educação e monitoramento dos planos; valorização dos professores e políticas públicas de formação continuada; Educação Básica (Educação Infantil, Educação Especial, EJA / Proeja / Profissionalizante); gestão democrática, Sistema Nacional de Educação e regime de colaboração e avaliação externa e qualificação da aprendizagem.

Trata-se de uma obra madura para aqueles que efetivamente se preocupam com a Educação no Brasil, os artigos altamente qualificados constituem importante material de reflexão sobre o Plano Nacional de Educação que, com suas metas, garante o acesso e a universalização do ensino obrigatório, busca reduzir as desigualdades respeitando a diversidade e busca valorizar os professores, sem esquecer o ensino superior. É porque se diz, com muita propriedade, que o PNE é – sendo um Plano de Educação – um verdadeiro Projeto de Nação.

É importante dizer que, para que esse Projeto de Nação se realize, precisamos, nós todos, acompanhar e monitorar o cumprimento das metas do PNE. Até 2017, apenas seis das vinte metas foram cumpridas. Quatro em cada cinco metas não foram atingidas. É preciso que não percamos de vista o respeito à diversidade, a gratuidade do ensino com garantias de recursos financeiros e de pessoal através de uma séria política de investimentos públicos na educação, é preciso lutar pela efetiva priorização da Educação de acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Educação. Lutar pelo PNE é lutar para que as Políticas em Educação se materializem como direitos sociais e, como tal, se efe-

tivem, essas políticas, em sua natureza precípua de Políticas de Estado. Lutar pelo PNE é lutar por um país democrático e ético, é mitigar as desigualdades sociais.

Para isso, é preciso um esforço conjunto, o que este excelente *Garantia do Direito à Educação: monitorando o PNE – Lei nº 13.005/2014*, cuja leitura recomendo fortemente, representa.

Jane Tutikian
Vice-Reitora / UFRGS